

INTERNETLAB

RELATÓRIO
ANUAL

20
23



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
---------------------	-----------

ÁREAS DE ATUAÇÃO	04
Privacidade e Vigilância	05
Liberdade de Expressão	10
Desigualdades e Identidades	14
Informação e Política	18
Cultura e Conhecimento	22

NOSSOS TRABALHOS	26
Internetlab em números	29
imprensa	30

PRINCIPAIS LANÇAMENTOS	32
Revistas	33
Semanário e Boletim Mensal	34

NOSSA ESTRUTURA	35
Transparência e governança	36

FINANCIAMENTOS E PARCERIAS	38
com o que gastamos?	41

NOSSA EQUIPE	42
---------------------	-----------

EXPEDIENTE	45
-------------------	-----------

APRESENTAÇÃO

As fronteiras entre offline e online, entre digital e analógico estão cada vez mais difusas e porosas. Novas tecnologias são, a todo momento, criadas e incorporadas a diferentes aspectos da vida social, da esfera privada à organização do poder público. Nesse processo de digitalização da política, da comunicação e da cidadania, emergem questões teóricas, jurídicas e sociais, em que direitos fundamentais são afetados de maneiras inéditas. Desde 2014, o InternetLab, centro de pesquisa independente sem fins lucrativos, busca produzir conhecimento sobre temas ligados ao direito e às novas tecnologias, com o objetivo de contribuir, a partir de pesquisas qualificadas, para o debate público sobre conscientização, formulação e implementação de políticas públicas e normas jurídicas, atuando como articulador entre diferentes setores envolvidos nessas discussões.

O ano de 2023 foi marcado por grandes debates, em nível nacional e internacional, sobre regulação de novas tecnologias, como inteligência artificial, *spywares* e plataformas de redes sociais. Com os ataques ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal, em 8 de janeiro, a moderação de conteúdo e a regulação de plataformas passaram a ocupar uma posição central na agenda pública. A tramitação do Projeto de Lei nº 2630, que se distanciou das discussões sobre desinformação e passou a discutir regras sobre transparência, responsabilidade dos provedores e acesso a dados, ganhou tração na Câmara dos Deputados. No Senado, a Comissão de Juristas articulou-se para propor normas sobre a regulação da inteligência artificial. No Poder Judiciário, com a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 84, iniciou-se a discussão sobre a regulamentação de softwares espões, conhecidos como *spywares*. Internacionalmente, foram lançadas as diretrizes de governança de plataformas digitais da Unesco.

Em um contexto polarizado, em que fortalecimento da democracia e a regulação de novas tecnologias se tornaram pautas centrais, o trabalho do InternetLab teve como foco a produção de diagnósticos e recomendações baseadas em evidências empíricas, com o objetivo de fortalecer a esfera pública e da cidadania no ambiente digital, a partir de uma perspectiva ancorada nos direitos humanos e na diversidade.



**ÁREAS DE
ATUAÇÃO**

PRIVACIDADE E VIGILÂNCIA

Historicamente, a área de Privacidade e Vigilância se dedica ao estudo da relação entre privacidade e cidadania, considerando os contornos do direito à privacidade e à proteção de dados no âmbito da execução de políticas públicas e investigações criminais, analisando as capacidades e a legitimidade do tratamento de dados pessoais pelo setor público. Como premissa, a área defende que o direito à privacidade e à proteção de dados não deve ser considerado conflitante com segurança, eficiência econômica ou transparência pública. A perspectiva de justiça social, por sua vez, é a lente utilizada sobre o exercício desse direito em relação às desigualdades sociais e participação do espaço público. Em 2023, a área teve como principais tópicos de atuação: **(i)** democracia e capacidades de investigação e **(ii)** proteção de dados, políticas públicas e inteligência artificial.

Democracia e capacidades de investigação

Democracia foi o grande tema de estudo da área durante o ano. Os ataques ao Congresso e ao Supremo Tribunal Federal ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023 deixaram evidentes a importância de se dedicar a entender como a defesa da democracia é mobilizada por diferentes atores no Poder Público. De um lado, viu-se o robustecimento do discurso de combate ao terrorismo e crimes contra a democracia, por meio de propostas de novos tipos penais, solicitações judiciais de acesso a dados e pela discussão, ao longo do ano, sobre responsabilidade de plataformas na moderação de conteúdos anti-democráticos ou de ataque às instituições. De outro lado, órgãos de defesa nacional estiveram sob os holofotes de investigações quanto ao uso de aparelhos de intrusão remota sobre comunicações e dispositivos eletrônicos (*spywares*, na expressão em inglês). Os temas voltaram os olhares para o que significa pensar o direito à privacidade e à proteção de dados nesses diferentes contextos e dinâmicas, e, em especial, sobre a legitimidade e extensão de diferentes capacidades estatais de controle e investigação.

Não à toa, “democracia e capacidades de investigação” foi o mote do **Congresso Direitos Fundamentais e Processo Penal na Era Digital**, que em sua 7ª edição contou com mesas relacionadas a sistemas de *spyware*, câmeras corporais na segurança pública, impactos de novos métodos de investigação sobre a criptografia, e as atuais discussões sobre provas digitais no âmbito do Poder Legislativo. Em parceria com a Finos Filmes e o cinema Petra Belas Artes, organizamos também uma **mostra de filmes** que ficaram disponíveis gratuitamente online ao longo da semana do Congresso. A abertura do evento ocorreu com a exibição de pré-estreia, no Brasil, do documentário **“Ithaka: a luta de Assange”**, que acompanha a disputa pela libertação de Julian Assange, fundador do Wikileaks, seguida de debate que contou com a participação de John Shipton, pai de Julian Assange, além de Natália Viana e Rodolfo Avelino.

O tema do uso de *spywares* cresceu em dimensão após a instauração, pela Polícia Federal, de inquérito sobre o uso da ferramenta First Mile pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Nesse contexto, a **Procuradoria-Geral da República ingressou com uma Ação**

Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 84, posteriormente convertida em ADPF 1143) questionando ao Supremo Tribunal Federal (STF) a ausência de legislação sobre o uso de *spywares* por órgãos e agentes públicos. O InternetLab buscou contribuir com o STF em duas modalidades: (i) **participando de audiência pública sobre o tema realizada pelo Supremo Tribunal Federal**, ; e (ii) na condição de **amicus curiae, peticionando** junto à Data Privacy Brasil — e com o apoio do escritório Mudrovitsch Advogados — para apresentar à Corte subsídios e argumentos relevantes à sua futura decisão. Sustentamos que, ao adquirir e utilizar os *spywares*, o Estado incentiva um mercado que gera vulnerabilidades nas comunicações e nos sistemas informacionais das pessoas e assim deteriora a infraestrutura do debate público e a confiança nas instituições democráticas. As atividades fazem parte da **Iniciativa de Defesa Digital**, projeto conjunto do InternetLab e da Data Privacy Brasil que visa aprimorar as capacidades da sociedade brasileira de defender seus direitos no âmbito das comunicações digitais.

Outro tema de atenção ao longo do ano de 2023 foi a vigilância privada em espaços públicos. A instalação de totens com câmeras de monitoramento 24 horas realizadas por condomínios privados ou associações de moradores chamou atenção da área em relação aos possíveis impactos sobre o direito à privacidade daqueles que transitam pelo espaço público, bem como às regras aplicáveis de acesso aos dados coletados pelas empresas que oferecem esses serviços - já que órgãos de segurança pública estariam realizando parcerias com elas para compartilhamento de dados de câmeras instaladas em vias de acesso público. O tema foi objeto de discussão no Congresso e de **painel organizado no Internet Governance Forum**, realizado em outubro de 2023, em Kyoto, no Japão.

Apesar da emergência de novos temas, temas já tradicionais de atuação da área seguem sendo mobilizados em diferentes ocasiões. Destacamos, nesse sentido, nossa participação no Encontro Estadual de Defensoras e Defensores Públicos, no qual são votadas teses institucionais adotadas pela Defensoria Pública. Apresentamos, na ocasião, duas teses previamente formuladas pelo InternetLab: a primeira, de que dados armazenados em dispositivos eletrônicos somente podem ser acessados mediante ordem judicial, ainda que o dispositivo tenha sido apreendido em flagrante delito; a segunda, de que são nulas as provas produzidas a partir de ordens e requisições baseadas em geolocalização que não individualizam suspeitos. Presente na segunda tese está a questão dos limites ao acesso a dados telemáticos de pessoas indefinidas, que é hoje tema de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal. Com o intuito de subsidiar a discussão, e em parceria com o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), apresentamos memoriais aos Ministros da Corte no qual reforçamos argumentos em favor de que expedientes de investigação apenas ocorram em relação a pessoas determinadas e consideradas suspeitas em uma investigação em curso.

Proteção de dados, políticas públicas e inteligência artificial

A garantia da privacidade e proteção de dados no âmbito da formulação e execução de políticas públicas segue sendo uma prioridade da área. Após anos de construção temática na área de **cidades inteligentes**, percebemos a importância de produtos de pesquisa voltados ao território local, de forma a sensibilizar gestores públicos da importância do debate sobre direitos digitais. Com esse intuito, construímos parceria ao longo do ano de 2023 com a



Prefeitura de Niterói e com a ONU-Habitat para o lançamento do guia “**Direitos Digitais em Governos Locais**”. O projeto ainda contou com o apoio do **Center for International Private Enterprise (CIPE)**.

O material tem como objetivo levantar o debate sobre como incorporar a tecnologia no âmbito das atividades governamentais em benefício dos cidadãos, abordando pontos de atenção relacionados ao oferecimento de serviços públicos digitais. Buscamos, com isso, oferecer uma abordagem prática e um ponto de partida para que os agentes da gestão de cidades e entusiastas dos temas de tecnologia, inovação e serviços digitais desenvolvam uma melhor compreensão da digitalização de serviços públicos, além de suas capacidades digitais. Futuramente, o material será utilizado como referência na formação de servidores públicos que passem pela Trilha de Aprendizagem de Atendimento ao Cidadão. Para o lançamento, realizamos um webinar que pode ser acessado no canal do YouTube da **Escola de Governo e Gestão de Niterói**. Para consolidar a divulgação, organizamos ainda um **painel na CPDP Latam** sobre direitos humanos em serviços públicos digitais, no qual discutimos o projeto e os principais gargalos de governos locais na prestação de serviços digitalizados em benefício à população.



O direito à privacidade de crianças e adolescentes continua um tema de atenção. Durante os anos de 2022 e 2023, trabalhamos em pesquisa sobre tecnologias de vigilância que têm sido utilizadas no âmbito da educação. Em mapeamento de políticas de reconhecimento facial anunciadas por escolas públicas em diferentes Estados e regiões do Brasil, buscamos descrever como o Poder Público brasileiro, em suas diferentes esferas, tem introduzido a tecnologia de reconhecimento facial nas escolas, identificando vulnerabilidades, lacunas e pontos de atenção para a privacidade e para o direito à não discriminação de estudantes. A pesquisa foi publicada no relatório “**Tecnologias de vigilância e educação: um mapeamento das políticas de reconhecimento facial em escolas públicas brasileiras**”, lançado em março de 2023.

A disseminação do relatório tem ocorrido em diferentes frentes. Além de boa repercussão na imprensa, também publicamos artigo com os resultados da pesquisa no livro “**TIC Educação**

2022”, organizado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), e discutimos a pesquisa no **1º Congresso Internacional Multidisciplinar sobre Educação**. O relatório também deu subsídios para a **contribuição conjunta** do InternetLab, da Data Privacy Brasil e da Privacy International para o Comitê de Direitos Humanos da ONU, em consulta que abordava a implementação do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos pelo Brasil. No documento, defendemos a adoção de recomendações que impliquem em fortes salvaguardas aos direitos de crianças e adolescentes no âmbito da aquisição de tecnologias em sala de aula, recomendando expressamente a não adoção de tecnologias de reconhecimento facial em sala de aula. O Comitê, inclusive, considerou as observações em seu **relatório final**, divulgado em junho de 2023. Em novembro de 2023, participamos de **side-event na Data Privacy Global Conference (DPGC)** sobre o tema e seus possíveis desdobramentos regulatórios.

Como pano de fundo de diversas dessas discussões, está o uso de inteligência artificial e seus impactos sobre a sociedade e o ambiente democrático. No Congresso Federal, tramitam projetos que abordam a regulação de IA e que terão impacto sobre o uso dessas ferramentas no Brasil, especialmente considerando o nível de risco que apresentam sobre direitos fundamentais. No artigo **“O uso do reconhecimento facial pelo setor privado: alternativas regulatórias em debate”**, publicado no livro **“Tecnologia, Segurança e Direitos: os usos e riscos de sistemas de reconhecimento facial no Brasil”**, a então coordenadora de pesquisa Bárbara Simão abordou diferentes casos relacionados ao uso do reconhecimento facial pelo setor privado, bem como avaliou como projetos de lei em discussão no legislativo avaliavam o nível de risco da ferramenta.

Neste mesmo âmbito, enviamos **contribuição à Consulta Pública da ONU sobre discriminação racial no contexto de Inteligência Artificial**, organizada pela Relatora Especial das Nações Unidas sobre formas contemporâneas de racismo. Em nossa contribuição, destacamos os resultados da pesquisa sobre reconhecimento facial nas escolas e da pesquisa sobre a **implementação do Auxílio Emergencial no Brasil**, realizada entre os anos de 2021 e 2022.



Projetos

> Eventos:

- VII Congresso Direitos Fundamentais e Processo Penal na Era Digital: Democracia e capacidades de investigação
- Painel na CPDP Latam 2023 (educação)
- Painel no IGF (vigilância privada em espaços públicos)
- Webinar de lançamento do guia de direitos locais em governos digitais
- Painéis na CPDP Latam 2024 (spywares e niterói)
- Participação no encontro da defensoria pública

> Publicações:

- Livro do Congresso
- Lançamento do relatório “Tecnologias de vigilância e educação: um mapeamento das políticas de reconhecimento facial em escolas públicas brasileiras”
- Publicação do artigo na TIC Educação
- Publicação do artigo sobre reconhecimento facial no setor privado
- Guia direitos digitais em governos locais
- Amicus Curiae

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Durante 2023, a área de liberdade de expressão do InternetLab centrou sua atuação na governança da liberdade de expressão nas plataformas digitais, a partir de projetos que pesquisam, monitoram e incidem na atividade regulatória no campo. O foco esteve principalmente em: (i) acompanhar e incidir nas discussões sobre regulação das plataformas digitais, sobretudo no que diz respeito à moderação de conteúdo; (ii) desenvolver estudos sobre termos de uso das plataformas digitais; e (iii) integrar esforços regionais de iniciativas que pesquisam as tendências da regulação da liberdade de expressão.

Acompanhamento e incidência nos debates sobre regulação de plataformas

O ano de 2023 foi marcado por intensa atividade legislativa em torno do debate de regulação de plataformas, concretizada, sobretudo, nos projetos de lei n. 2630 e 2370. Nesse contexto, o foco principal da área foi acompanhar e colaborar com as discussões, buscando compreender como as noções brasileiras de liberdade de expressão se desenvolvem na internet, e quais são os deveres e poderes de cada uma das partes envolvidas no debate. Mantivemos diálogos com diversos atores do campo, incluindo outras organizações da sociedade civil, setor público e privado. Durante o ano inteiro, integramos o grupo de trabalho de regulação de plataformas da Coalizão Direitos na Rede, participando de reuniões semanais que nos permitiram discutir conjuntura e estratégias de articulação e atuação junto aos poderes da República.



Além disso, no intuito de densificar o debate sobre soluções regulatórias, a área de liberdade de expressão lançou pesquisa intitulada **Devorando o DSA – Regulação de plataformas entre o Norte e o Sul**. O projeto buscou entender como países não-europeus, ou ainda, países em outras condições de desenvolvimento econômico e posição no cenário geopolítico, enxergam o Digital Services Act (DSA), normativa europeia de regulação das plataformas

digitais. Em outras palavras, como suas tradições regulatórias se apropriam e traduzem os preceitos e métodos trazidos pelo processo europeu para as suas realidades. O “**Devorando o DSA**” partiu da convicção de que o compartilhamento de experiências é benéfico, sobretudo quando os problemas são coletivos. Mas que, ao mesmo tempo, a depender de como tais movimentos são desenvolvidos, podem submeter diferentes realidades a reproduzir dinâmicas de forma descontextualizada, ignorando particularidades locais e encontrando dificuldade de abordar os problemas que visam resolver. Dessa forma, convidamos pesquisadores de países não europeus para dialogar sobre aspectos específicos do DSA, e para contar como esses conceitos aterrissam em suas próprias realidades.

Ainda no exercício de pesquisar e dialogar sobre regulação de plataformas, durante 2023, o InternetLab realizou reuniões periódicas do Fórum sobre Sustentabilidade no Jornalismo de Interesse Público. O encontro fomentou discussões sobre temas específicos da remuneração do jornalismo e jornalistas, e sua relação com as plataformas digitais, observados os desafios financeiros do campo a partir da migração da receita publicitária para a internet. Os encontros contaram com participantes de diversas origens, como pesquisadores, jornalistas de meios de imprensa de diferentes proporções e filantropia. O Fórum, que não tem caráter vinculativo nem deliberativo, se construiu como um espaço de estudos e compartilhamento de informações de conjuntura e experiências, assim como articulação e mobilização de atores interessados na discussão.

Estudos sobre termos de uso das plataformas digitais

Em 2023, a área de liberdade de expressão do InternetLab conduziu duas atividades que se debruçaram em aspectos da elaboração e aplicação das políticas e regras de moderação de conteúdo das plataformas digitais. Primeiramente, realizamos a expansão do **Ache a Regra**, observatório dedicado a agregar e catalogar todas as normas das empresas Kwai, LinkedIn, Meta (Facebook e Instagram), Telegram, TikTok, Whatsapp, X (antigo Twitter) e YouTube em 24 categorias temáticas. O Ache a Regra, que até 2023 focava apenas no contexto eleitoral, passou a abranger todas as políticas. Suas ferramentas permitem a realização de buscas por plataforma e classe de regras, além de instruir as e os usuários em como fazer uma denúncia.

O processo de catalogação para o observatório nos permitiu concluir que as empresas não possuíam regras para a circulação de conteúdo de desinformação climática. Partindo desse achado, realizamos três oficinas, com foco em negacionismo climático. As três sessões contaram com pesquisadores e ativistas envolvidos com as agendas ambiental e dos direitos digitais, e seguiram a mesma metodologia e dinâmica. Primeiro, apresentamos as políticas do YouTube que orientam o comportamento violento e a desinformação. Em seguida, mostramos 12 vídeos que desafiam essas regras, seja por negacionismo climático, incitação à violência ou ataques e insultos direcionados a ativistas. Cada vídeo foi seguido por uma enquete, que perguntava aos participantes se achavam que o conteúdo deveria permanecer disponível no YouTube ou não, de acordo com as regras que acabaram de ser apresentadas. A votação era seguida por uma discussão sobre as respostas, os pontos fortes e as lacunas de cada política. As peças de conteúdo selecionadas variavam de casos fáceis a casos limítrofes, e todos os vídeos apresentados geraram controvérsia e discussões sobre debilidades na redação e aplicação das políticas.

Além da expansão do Ache a Regra, a área lançou o estudo **Iguais perante as plataformas? Equidade e transparência na moderação de conteúdo em plataformas digitais**. Esse artigo é a culminação de uma pesquisa que começou em 2022, sobre o funcionamento de sistemas de moderação em camadas, aqueles que adicionam níveis diferenciados de análise para determinadas contas ao decidir se determinado conteúdo deve ou não permanecer disponível em uma plataforma. O relatório, disponível em português e inglês, foca nos benefícios e malefícios de ferramentas como estas para a moderação da expressão, e formula recomendações para melhorar o desenho de tais sistemas nas plataformas digitais.

Esforços regionais de pesquisa sobre tendências da regulação da liberdade de expressão

Por fim, estendeu-se por mais um ano a parceria do InternetLab com o **Centro de Estudos de Liberdade de Expressão da Universidade de Palermo (CELE)**, na Argentina. A colaboração entre as duas instituições que se dedicam à pesquisa tem objetivo de dar seguimento ao estudo sobre liberdade de expressão na legislação comparada. São três as atividades contempladas pelo acordo de cooperação. A primeira diz respeito aos bullets mensais, documento que contém notícias sobre decisões judiciais e projetos de leis sobre liberdade de expressão no Brasil. A segunda, a atualização do capítulo brasileiro do Observatório Legislativo sobre Liberdade de Expressão, tabela na qual compilamos e catalogamos a atividade legislativa - projetos e leis aprovadas - sobre a matéria no Brasil. A terceira, a presença nas mesas mensais de legislação comparada, onde o CELE promove discussões com atores do campo de diversos países do mundo para apresentar tópicos de relevância internacional para os direitos digitais. Em 2023, o Diretor Executivo do InternetLab conduziu uma mesa de legislação comparada, sobre o processo de regulação de plataformas no Brasil. Além disso, três membros da equipe participaram da oficina do CELE em Buenos Aires, oportunidade em que, durante dois dias, discutimos temas relacionados aos direitos digitais, com enfoque regional na América Latina.



Projetos

-
- Participação no Grupo de Trabalho de Regulação de Plataformas da Coalizão Direitos na Rede. Elaboração de notas e pareceres sobre o Projeto de Lei no. 2630 e 2370
-
- Devorando o DSA – Regulação de plataformas entre o Norte e o Sul
-
- Encontros do Fórum sobre a Sustentabilidade do Jornalismo de Interesse Público, evento de articulação e mobilização de atores do campo
-
- Ache a Regra
-
- Iguais perante as plataformas? Equidade e transparência na moderação de conteúdo em plataformas digitais
-
- Participação na rede regional de monitoramento de casos e projetos de lei, assim como participação em mesas redondas de direito comparado do projeto do Observatório Legislativo, Centro de Estudos de Liberdade de Expressão (CELE) da Universidade de Palermo, na Argentina

DESIGUALDADES E IDENTIDADES

Em 2023, a área de Desigualdades e Identidades concentrou-se em quatro eixos principais, articulando a produção de conhecimento e a incidência em diferentes setores da sociedade: **(i)** violência política e eleições, **(ii)** moderação de conteúdo e marcadores sociais da diferença, **(iii)** políticas públicas e desigualdades, e **(iv)** acesso a dados para pesquisadores.

Violência política e eleições

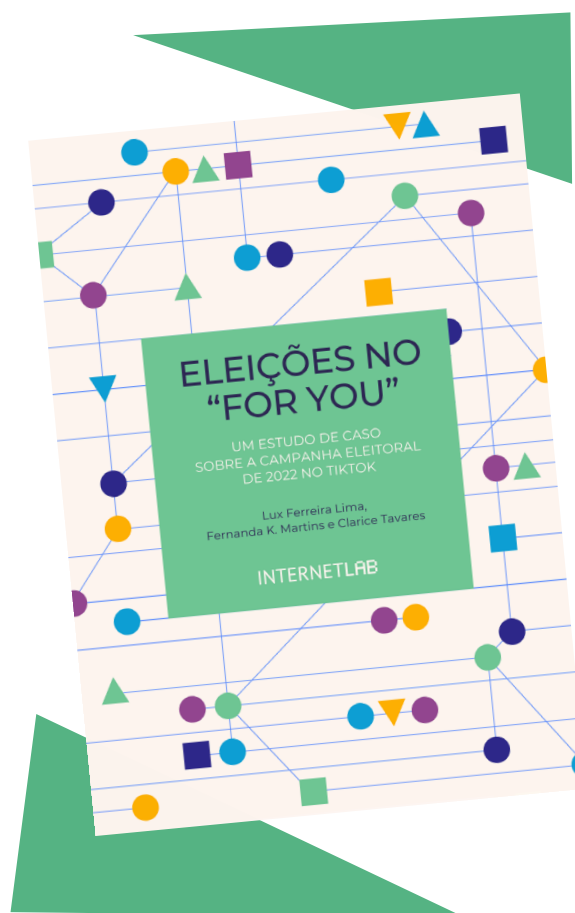
Em 2023, após as eleições gerais, a principal frente de trabalho estava relacionada à análise de casos de violência política de gênero e contra grupos marginalizados durante o pleito de 2022 e disseminação de pesquisas sobre narrativas de gênero no período eleitoral. **O início do ano foi marcado pelo lançamento da nova edição do relatório MonitorA, observatório de violência política contra candidatas/os nas redes sociais, em parceria com AzMina e Núcleo Jornalismo.** Em sua segunda edição, o MonitorA coletou comentários relacionados a 174 candidatas mulheres e 24 candidatos homens aos cargos do Executivo e Legislativo estadual e federal nas plataformas do Twitter, YouTube, Facebook e Instagram. Adicionalmente, monitoramos também as contas de Janja da Silva e Michelle Bolsonaro, para compreender como a violência política também alcançava os familiares dos candidatos.

O segundo relatório do MonitorA foi lançado em um evento, em São Paulo, que contou com a participação de pesquisadores, magistrados, escritórios de advocacia, jornalistas, comunicadores e organizações membras sociedade civil e setor privado, trouxe três painéis de discussão sobre moderação de conteúdo nas plataformas digitais e violência de gênero.

Os resultados do MonitorA 2022 também foram explorados durante a **13ª edição do Fórum da Internet do Brasil (FIB), em Uberlândia/MG.** O InternetLab organizou o workshop “**Violência política de gênero e moderação de conteúdo: desafios, aprendizados e propostas pós-eleições de 2022,** para debater violência política de gênero e moderação de conteúdo pós-eleições de 2022, com base nas metodologias e achados do MonitorA.



Para além do relatório do MonitorA, publicamos também a etnografia **Eleições no “For You”: um estudo de caso sobre a campanha eleitoral de 2022 no TikTok**. Elaborada em parceria com Lux Ferreira, o documento explorou como o enfoque em entretenimento do TikTok foi adaptado para o contexto eleitoral e como o algoritmo de recomendação impactou os discursos políticos durante o pleito de 2022. A netnografia identificou que (i) a forma como a duração e ritmo dos vídeos curtos divergem entre usuáries(as) de diferentes espectros políticos, em que vídeos alinhados à esquerda tendem a ser mais longos, enquanto aqueles produzidos por apoiadores de candidatos(as) de direita tendem a ser mais curtos e com mais edição; (ii) conteúdos humorísticos são, no TikTok, parte central do debate político; e (iii) uma tendência a um reforço positivo nos comentários dos vídeos do TikTok, em que é possível identificar um padrão de concordância entre o conteúdo dos vídeos e seus comentários, na medida em que conteúdo recomendado a pessoas usuárias é feito a partir de preferências detectadas reiterando convicções já estabelecidas a priori.



Moderação de conteúdo e marcadores sociais da diferença

A segunda agenda da pesquisa em que trabalhamos em 2023 foi moderação de conteúdo e temas de *trust and safety*, a partir de uma perspectiva dos marcadores sociais da diferença. **Enviamos à Corte Constitucional colombiana uma contribuição no caso Esperanza Gómez Silva vs. Meta**. Em maio de 2021, Esperanza Gómez Silva, uma atriz e modelo do setor de entretenimento adulto, ajuizou uma ação na Corte Constitucional da Colômbia contra a Meta após perder sua conta profissional no Instagram com mais de cinco milhões de seguidores. O InternetLab foi convidado a contribuir para o caso, em questões relacionadas ao uso de ferramentas de inteligência artificial na moderação de conteúdo.

Em nossa contribuição, ressaltamos que é impossível prescindir de sistemas de inteligência artificial de moderação de conteúdo para dar conta dos milhares de conteúdo que são diariamente veiculados no mundo inteiro, em línguas e conjunturas sociais, políticas, culturais e jurídicas diferentes. A ausência de ferramentas de automação poderia, inclusive, impedir a atividade de moderação de conteúdo de grandes plataformas digitais.

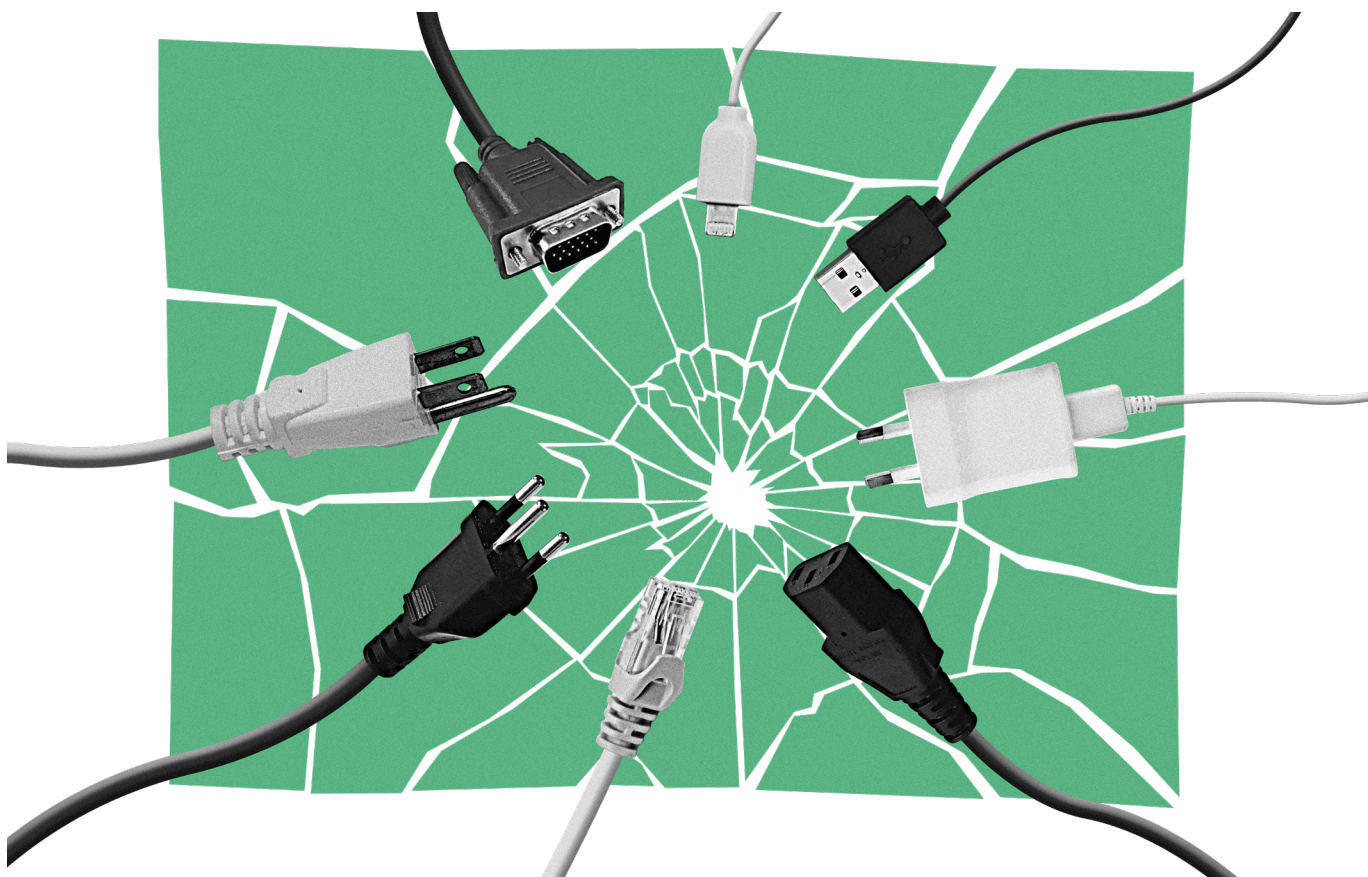
Políticas públicas e desigualdades

Junto à área de Privacidade e Vigilância, demos continuidade às pesquisas sobre usos de tecnologias em políticas públicas, com foco em desigualdades e potenciais riscos. Com apoio da Privacy International, publicamos em 2023 o relatório **“Tecnologias de vigilância e educação: um mapeamento das políticas de reconhecimento facial em escolas públicas brasileiras”**, em que analisamos as iniciativas do poder público de implementação de reconhecimento facial em escolas.

Em 2023, iniciamos também uma pesquisa sobre o cenário de conexão da região amazônica. **Em parceria com o Nupef, demos início ao projeto Redes na Floresta, que busca compreender os impactos sociais, políticos e econômicos da introdução e universalização da conectividade na Amazônia brasileira.**

Acesso a dados para pesquisadores/as

Por fim, **a última agenda de pesquisa trabalhada em 2023 foi referente ao tema de acesso a dados para pesquisadores(as) latinoamericanos(as)**. Desenvolvido em parceria com o Global Network Initiative, o projeto busca compreender quais são os mecanismos de transparência de plataformas disponíveis em países latinoamericanos e os principais desafios que pesquisadoras(es) da região enfrentam para conduzir pesquisas em plataformas sociais. Para compreender as particularidades e limitações de acesso a dados na região, a pesquisa segue uma abordagem qualitativa, coletando dados por meio de grupos focais e pela realização de entrevistas semi-estruturadas em profundidade.



Projetos

-
- Lançamento do relatório MonitorA 2022
-
- Contribuição à ONU sobre desinformação generificada
-
- Lançamento do relatório Eleições no “For You”: um estudo de caso sobre a campanha eleitoral de 2022 no TikTok, em parceria com Lux Ferreira
-
- Em parceria com YouTube Brasil, Gênero & Número, Casé Fala e Rede Mulher Empreendedora, lançamos a série de vídeos do Substantivo Feminino
-
- Com Rede Conhecimento Social, iniciamos a pesquisa plataformas de vídeos curtos e juventude
-
- Lançamento do relatório Tecnologias de vigilância e educação: um mapeamento das políticas de reconhecimento facial em escolas públicas brasileiras
-
- Lançamento do livro “Misoginia na Internet”, de Mariana Valente.

INFORMAÇÃO E POLÍTICA

Em 2023, a área de Informação e Política se concentrou em analisar o papel dos ambientes digitais como uma nova infraestrutura para o debate público. A partir da análise das políticas de conteúdo sobre eleições e democracia das plataformas de redes sociais mais usadas no Brasil e da observação de dinâmicas de discussões de teor político em aplicativos de mensageria privada, nossos projetos pincelaram as complexas interações políticas nesses ambientes e seus principais desafios, como a moderação de conteúdo desinformativos sobre o Estado Democrático de Direito, o desenvolvimento de um ecossistema informacional entre plataformas de rede social e a dinâmica de disseminação de notícias e informações entre usuários e em grupos de *apps* de mensagem.

Desordem informacional na América Latina e o compromisso com a democracia nas políticas de plataformas digitais

Com o auxílio da plataforma **AcheaRegra**, elaboramos um novo relatório da série “*Diagnósticos e Recomendações*” denominado “**Compromisso com a democracia: Integridade Eleitoral e o Estado Democrático de Direito nas políticas de plataformas digitais**”. Em razão da intensa disseminação de propaganda antidemocrática nas redes sociais observada nas eleições de 2022, debates e reflexões sobre a necessidade da incorporação de um compromisso mínimo, relacionado ao combate de discursos enganosos, conspiratórios e violentos contras as eleições e a democracia, pelas empresas detentoras de plataformas digitais se aflo-raram. Com o propósito primordial de responder a este questionamento, analisamos políticas de moderação de conteúdo sobre eleições e/ou integridade eleitoral de redes sociais e procuramos entender se elas possuíam todas as ferramentas necessárias para desempenhar, de maneira transparente e eficiente, a proteção contra comportamentos danosos aos processos eleitorais ou ao Estado Democrático de Direito. Com base



na conclusão de que existiam apenas parâmetros mínimos, incapazes de lidar com as complexidades desenvolvidas no cenário brasileiro de intensa polarização política, elaboramos recomendações ao setor privado que consistem, essencialmente, no estabelecimento transparente de regras internas estratégicas que sustentem a democracia, mas também garantam a pluralidade de discursos. Este projeto foi possível graças ao apoio do **International Republican Institute (IRI)**, uma instituição estadunidense sem fins lucrativos que apoia projetos sobre democracia e liberdade.

A partir destas reflexões, apresentamos, também, uma **contribuição** ao *Oversight Board*, o comitê de supervisão da Meta, para um caso de moderação de conteúdo relacionado a uma publicação no Facebook que incentivava as pessoas a participarem do ato antidemocrático que ocorreu em 8 de janeiro de 2023 em Brasília. Apresentamos recomendações para a elaboração de novas normas capazes de auxiliar na manutenção de um debate público eleitoral mais íntegro, considerando as lacunas que já haviam sido mapeadas no relatório.

Comportamentos e usos por usuárias e usuários de aplicativos de mensagens

Lado a lado com a análise das redes sociais como esfera de debate público, a disseminação de notícias e informações políticas entre usuários e em grupos de aplicativos de mensagem e a criação de um ecossistema informacional entre plataformas digitais também foi um ponto de atenção. Como extensão das atividades conduzidas anteriormente, lançamos a nova versão da série “**Os Vetores da Comunicação Política em Aplicativos de Mensagens: Hábitos e Percepções**”, se tornando a terceira edição em parceria com a **Rede Conhecimento Social**. Neste projeto, exploramos quais são as percepções dos usuários e das usuárias e as dinâmicas de comunicação estabelecidas em um contexto político, por meio da comparação de dados da pesquisa em anos eleitorais anteriores. Através de uma metodologia que envolve grupos de discussão e pesquisas amostrais, apresentamos as regras de conduta desenvolvidas pelos(as) usuários(as) ao discutirem política e buscamos identificar padrões com as estratégias adotadas por agentes políticos para influenciar o debate público nos aplicativos de mensagens. A edição de 2023 contou, ainda, com novos fatores no perfil da amostra quantitativa, que não foram incluídos em versões anteriores, como raça, gênero e escolaridade.



Além disso, finalizamos a nossa parceria com a *Universidade Federal da Bahia* (UFBA) e a *Universidade Federal de Santa Catarina* (UFSC), que proporcionou o lançamento de relatórios do projeto **Democracia Digital - Análise dos ecossistemas de desinformação no Telegram durante o processo eleitoral brasileiro de 2022**, que buscou compreender, a partir da coleta de áudios, vídeos e imagens compartilhados em grupos e canais políticos abertos no Telegram, as narrativas, valores, gramáticas e lógicas de ação de grupos extremistas no Brasil.

Ao todo, foram **quatro relatórios publicados**. Enquanto os três primeiros abrangeram entre o pré e o período eleitoral em si (de 01 de janeiro a 15 de novembro de 2022), o último relatório foi uma edição especial que se concentrou sobre o período pós-eleitoral, mas, mais especificamente, sobre os primeiros dias de janeiro de 2023, quando ocorreram as mobilizações para a organização do ato antidemocrático em Brasília no dia 8 de janeiro.

A **primeira análise** se concentrou nas reações nos grupos e canais do Telegram frente a possibilidade de bloqueio da plataforma, uma decisão tomada pelo Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, em razão do descumprimento de decisões judiciais e desrespeito à legislação brasileira pela empresa.

A **segunda análise**, por sua vez, direcionou a atenção para o início do período eleitoral (1º de agosto e 15 de setembro de 2022), na qual se observou o comportamento dos usuários as temáticas mais discutidas e foram identificados conteúdos que já incitavam a descredibilização do processo eleitoral e a ruptura com as instituições democráticas do Brasil.

No **terceiro relatório**, cujo período de cobertura foi entre a votação do primeiro turno e a semana seguinte ao resultado do segundo turno (30 de setembro a 15 de novembro de 2022), foram analisadas as mensagens em grupos extremistas do Telegram, marcados por disseminação de notícias falsas sobre o processo eleitoral. A **edição especial**, por fim, se debruçou sobre as comunicações veiculadas pelos organizadores, participantes e apoiadores das manifestações que contestaram o resultado eleitoral em 8 de janeiro de 2023.

Com essas iniciativas e pesquisas, o InternetLab contribuiu para a compreensão e o enfrentamento dos desafios relacionados à comunicação política no contexto digital. Reafirmando o compromisso de promover a transparência, a responsabilidade e o respeito aos direitos humanos, visando uma comunicação política mais democrática e um debate público íntegro.



Projetos

-
- Lançamento do relatório “Compromisso com a democracia: Integridade Eleitoral e o Estado Democrático de Direito nas políticas de plataformas digitais”.
-
- Elaboração e publicação da terceira de pesquisa qualitativa e quantitativa sobre uso de aplicativos de mensagem e política (“Os Vetores da Comunicação Política em Aplicativos de Mensagens: hábitos e percepções do brasileiro - 2022/2023”)
-
- Atualização contínua do “Guia de dieta de mídia”, um repositório de dados sobre consumo de mídia digital no país
-
- Finalização do projeto Democracia Digital - Análise dos ecossistemas de desinformação no Telegram durante o processo eleitoral brasileiro de 2022, com a publicação de 4 relatórios

CULTURA E CONHECIMENTO

Em 2023, a área de Cultura e Conhecimento, que tem como objetivo qualificar o debate de acesso e inclusão, pensando em como conhecimento e cultura são chave para combater diversos problemas na internet, concentrou-se em quatro agendas de pesquisa principais: **(i)** mídias negras, indígenas e periféricas, **(ii)** discriminação algorítmica, **(iii)** acesso à cultura, e **(iv)** direito à pesquisa.

Construindo pontes: o fortalecimento de mídias negras, indígenas e periféricas na Wikipédia

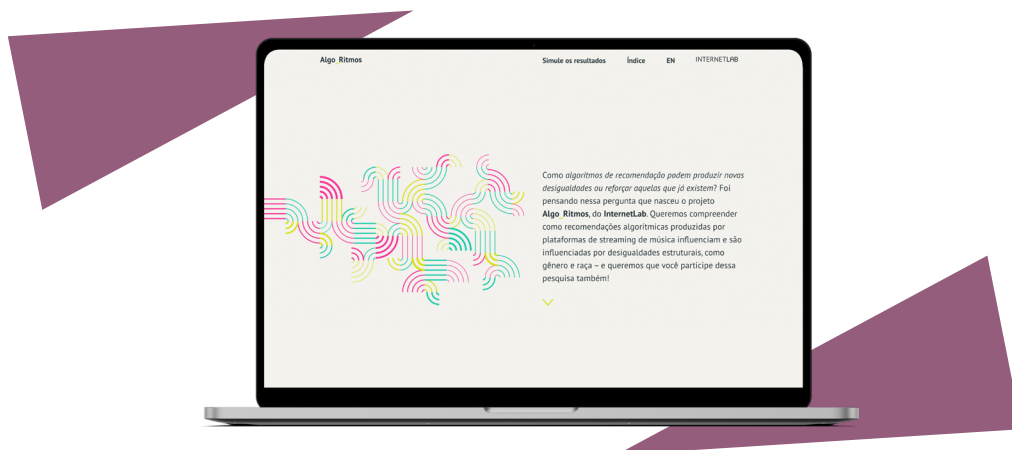
A primeira e principal frente de trabalho estava relacionada **ao uso de mídias negras, indígenas e periféricas/territoriais como fontes na Wikipédia Lusófona, apontando subrepresentações, desafios e diálogos para a construção de um conhecimento online mais diverso**. Em parceria com a **Fundação Wikimedia**, entre o período de 2021 a 2023, o InternetLab desenvolveu uma **fellowship** cujo objetivo foi contribuir com reflexões sobre produção e circulação de conhecimento de pessoas negras e indígena online. Essas reflexões tornaram possível a realização do Seminário que, em 2022, juntou diversos atores sociais, sociedade civil e membros do terceiro setor que integram movimentos negros, indígenas e pelo conhecimento livre.



O Seminário rendeu a publicação do **mapeamento acerca das transformações, desafios e estratégia, utilizando a Lei de cotas como um marco histórico**. Uma das estratégias fundamentais que identificamos, em diálogo com atores e atrizes sociais citadas, foi a “necessidade urgente de fortalecer as mídias negras e indígenas”. Para investigar isso mais a fundo, decidimos analisar como o conteúdo produzido por mídias negras, indígenas e periféricas/territoriais no Brasil é utilizado na Wikipédia Lusófona. Desse modo, a partir dos **dados coletados**, propomos algumas considerações e **sublinhamos a necessidade de ampliar os debates e reflexões sobre os usos dessas mídias como fontes em plataformas de conhecimento livre**.

Além disso, realizamos um conjunto de entrevistas, em profundidade, com alguns interlocutores negros e indígenas da pesquisa para a produção de um artigo acadêmico. O texto foi debatido e apresentado em congresso da área e será publicado em um Dossiê, em 2024, na revista **Novos Debates**.

Como os algoritmos de recomendação podem produzir novas desigualdades ou reforçar aquelas que já existem?



O **projeto Algo Ritmos**, que foi desenvolvido também com apoio da Fundação Wikimedia, **buscou compreender como recomendações algorítmicas produzidas por plataformas de streaming de música influenciam e são influenciadas por desigualdades estruturais.**

As plataformas selecionadas para a investigação foram o *Spotify* e a *Deezer*, ambas plataformas que surgiram com o aparecimento e crescimento global de plataformas de *streaming* na indústria da música e transformaram o consumo cultural, a formação de gostos e o modo como as pessoas se abrem para conhecer novos artistas. Para isso, foi necessário tentar compreender como as recomendações de algoritmos produzidas por ambas as plataformas podem operacionalizar em suas recomendações estas desigualdades e buscamos, também, tentar compreender como e se as dimensões de gênero, raça e etnia se fazem presentes na recomendação de músicas e artistas.

O **AlgoRitmos** foi disponibilizado no **site do InternetLab** como uma pesquisa contínua que os próprios usuários podem realizar com seus *streamings*, além disso foi produzido um artigo acadêmico sobre a pesquisa que será apresentado em congressos acadêmicos no decorrer deste ano.

Midioteca Livre: Acesso Livre e Aberto à Cultura do ES

O projeto “**Midioteca Livre: Acesso Livre e Aberto à Cultura do ES**”, liderado pelo **Wiki Movimento Brasil (WMB)**, teve como objetivo principal estabelecer protocolos e boas práticas para as atividades desenvolvidas no âmbito da **Midioteca Capixaba**, plataforma online que reúne acervos culturais do Estado do Espírito Santo. O papel do InternetLab foi realizar um diagnóstico de direitos autorais e viabilizar juridicamente essa empreitada.

Este projeto se estendeu durante todo o ano de 2023 e contou com a coordenação da diretora Mariana Valente do InternetLab e o pesquisador Victor Pavarin para as atividades de análise jurídica, recomendação de boas práticas, propostas para os licenciamentos dos acervos e

auxílio às instituições de memória. Durante o ano de 2023, foram previstas e concretizadas quatro etapas para o projeto:

- **Produção de um guia de análise e licenciamento da MEDIATECA Capixaba**
- **Elaboração de uma escala de complexidade dos licenciamentos necessários**
- **Desenvolvimento de estratégias de encaminhamentos para as coleções e acervos**
- **Produção de modelos para licenciamento livre em editais e doações de acervos**

Direito à pesquisa

Em 2023, o InternetLab deu continuidade a suas iniciativas sobre direitos autorais e direito à pesquisa. No âmbito internacional, o InternetLab continuou atuando junto à **“A2K - Access to Knowledge Coalition”** uma coalizão de organizações que compartilham “a visão de um sistema de direitos de autor justo e equilibrado, sustentado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem”. Enquanto membro da A2K Coalition e observador acreditado junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), o InternetLab participou da 44ª reunião do Comitê Permanente de Direitos de Autor e Direitos Conexos (SCCR) da OMPI, realizada em novembro de 2023 e de sua 45ª reunião, realizada em abril de 2024.

Como parte de sua atuação sobre direito à pesquisa, o InternetLab também participa da **“Alianza de la Sociedad Civil Latinoamericana para el Acceso Justo al Conocimiento”**, que visa defender e promover o domínio público e o patrimônio cultural na América Latina. Sob a parceria contínua com as organizações Fundação Karisma (Colômbia), Nurep (Brasil), Hiperderecho (Peru), DatySoc (Uruguai), Derechos Digitales (Chile) e Fundación Via Libre (Argentina), demos continuidade à investigação sobre o direito à pesquisa na América Latina, com enfoque para o uso de obras protegidas em processos de text and data mining. No contexto de sua participação na OMPI e na Alianza Latinoamericana, o InternetLab publicou em conjunto com suas organizações parceiras o **“Informe sobre usos transfronterizos de obras protegidas por derechos de autor en América Latina”**, documento que analisa o uso transfronteiriço por parte de pesquisadores latinoamericanos de obras protegidas por direitos autorais a partir de estudos de caso.



Projetos

> Midiateca Livre: Acesso Livre e Aberto à Cultura do ES

> Algo_Ritmos

> Mapeamento acerca das transformações, desafios e estratégia, utilizando a Lei de cotas como um marco histórico

The background is a solid red color with a thick white diagonal stripe running from the top-left towards the bottom-right. The stripe is slightly irregular, giving it a hand-drawn or stencil-like appearance.

**NOSSOS
TRABALHOS**

O ano de 2023 foi marcado pela consolidação da atuação do InternetLab em diversas frentes, com projetos que reforçam o compromisso da organização na promoção da inclusão, democracia e proteção dos direitos fundamentais, sobretudo no ambiente digital. Tais trabalhos foram intensificados pelas áreas de pesquisa, Cultura e Conhecimento, Desigualdades e Identidades, Informação e Política, Liberdade de Expressão e Privacidade e Vigilância, uma vez que cada uma delas contribui significativamente para o avanço das discussões sobre tecnologia, sociedade e políticas públicas no Brasil e na região.

Na área de Cultura e Conhecimento, o InternetLab deu continuidade à colaboração com a Fundação Wikimedia, colocando mídias negras, indígenas e periféricas no centro do debate sobre fontes de informação na Wikipédia Lusófona. Este projeto resultou na publicação de um mapeamento sobre a representação dessas mídias, disponível [aqui](#). Outra iniciativa foi o projeto **Algo Ritmos**, uma investigação de como os algoritmos de recomendação em plataformas de streaming de música podem influenciar em desigualdades estruturais, enriquecendo o debate acadêmico e popular sobre o tema.

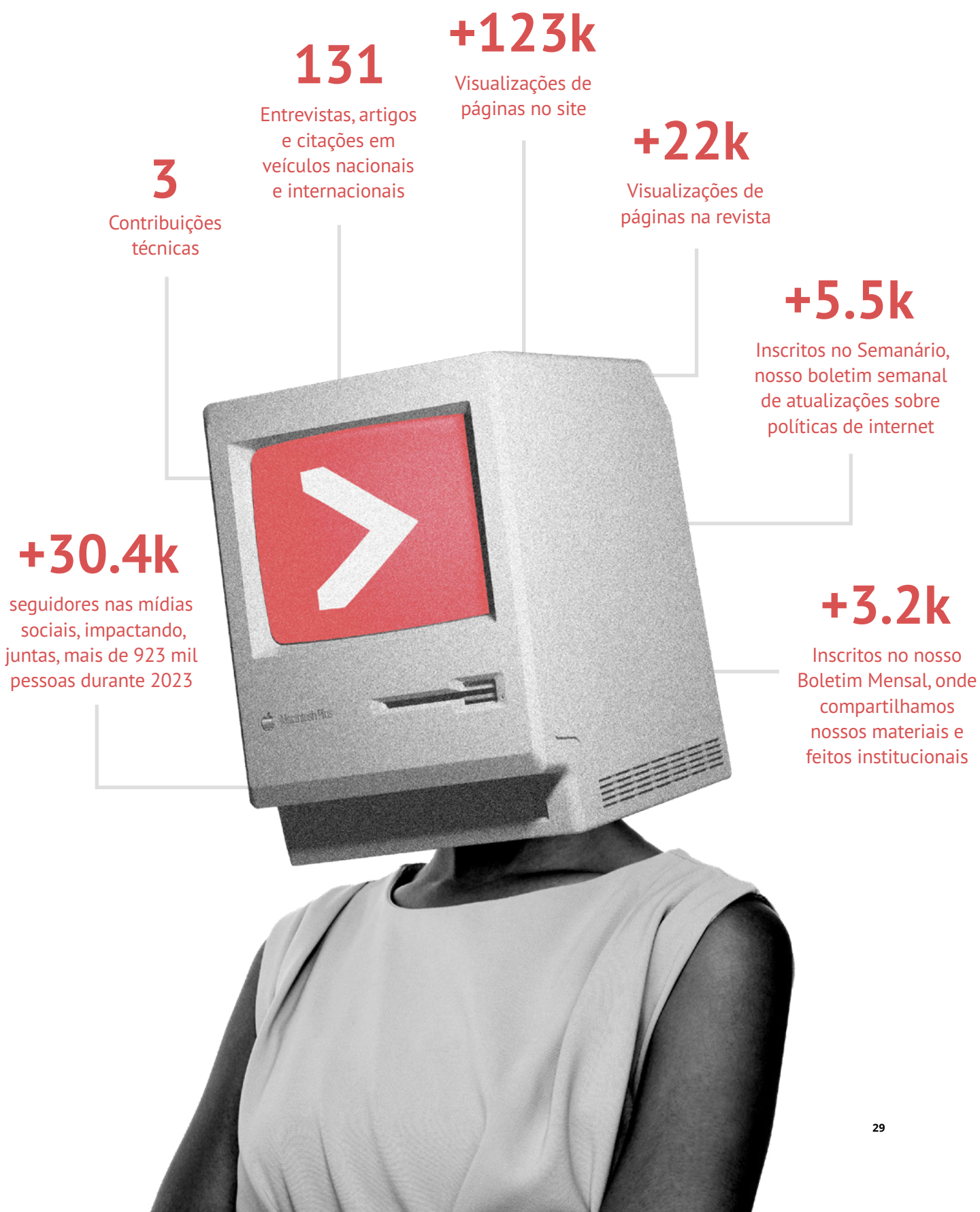
A publicação do **relatório MonitorA** foi um dos principais destaques da área de Desigualdades e Identidades em 2023. Em parceria com o Instituto AzMina e o Núcleo Jornalismo, o projeto monitorou a violência política contra candidatas e candidatos durante as eleições de 2022, fornecendo uma análise detalhada sobre como essas dinâmicas se manifestaram nas mídias sociais. Ainda, a área promoveu debates significativos sobre moderação de conteúdo e a relação com marcadores sociais de diferença, contribuindo, inclusive, com a **Corte Constitucional da Colômbia** em um caso sobre moderação de conteúdo automatizada.

Na área de Informação e Política, o foco esteve na análise das políticas de conteúdo das plataformas digitais e sua relação com a integridade eleitoral e a democracia. O projeto **“Compromisso com a democracia”** revelou as limitações das políticas de moderação de conteúdo das redes sociais durante as eleições de 2022 e ofereceu recomendações para fortalecer a transparência e a responsabilidade das plataformas. A pesquisa sobre os usos de aplicativos de mensagem para disseminação de informações políticas também foi expandida, com *insights* valiosos sobre a dinâmica dos debates políticos em ambientes de mensageria privada, utilizados por brasileiras e brasileiros diariamente.

Em Liberdade de Expressão, o InternetLab acompanhou de perto as discussões sobre a regulação de plataformas digitais, especialmente em relação à moderação de conteúdo. O projeto **“Devorando o DSA”** explorou como diferentes países, essencialmente os do “Sul Global”, estão adaptando o Digital Services Act - a lei de regulação das plataformas de internet europeia -, às suas realidades locais, promovendo um diálogo internacional sobre as melhores práticas regulatórias. Além disso, o **Fórum sobre Sustentabilidade no Jornalismo de Interesse Público** foi criado e tornou-se um espaço crucial para discutir os desafios e oportunidades para o jornalismo em um cenário de mudanças tecnológicas cada vez mais rápidas.

Por fim, a área de Privacidade e Vigilância abordou temas críticos como a relação entre privacidade, segurança e democracia, especialmente à luz dos eventos de 8 de janeiro de 2023 no Brasil. A atuação do InternetLab incluiu a participação em debates sobre o uso de *spywares* por órgãos públicos, a publicação de guias sobre direitos digitais em governos locais, e a investigação sobre tecnologias de vigilância em escolas públicas. O VII Congresso Internacional Direitos Fundamentais e Processo Penal na Era Digital, que anualmente acontece na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), teve como tema “Democracia e capacidades de investigação” e contou com diversos painéis temáticos, com assuntos que vão desde o uso sistemas de *spyware* por órgãos de defesa nacional e mesas redondas com participantes ilustres.

INTERNETLAB EM NÚMEROS



IMPRENSA

Notícia • Brasil

Cidades brasileiras instalam câmeras para controlar faltas de alunos; veja quais são e como funciona

Equipamentos são conectados a sistemas capazes de avisar aos pais se o filho não foi à aula; especialistas alertam para privacidade e risco de vazamento de imagens

Estadão – Cidades brasileiras instalam câmeras para controlar faltas de alunos: veja quais são e como funciona

Em entrevista ao Estadão, Bárbara Simão, coordenadora da área de Privacidade e Vigilância, analisou a instalação de câmeras de reconhecimento facial em escolas públicas.

Nexo Jornal - ‘Regular as plataformas é tarefa da nossa geração’

O diretor-executivo do InternetLab, Francisco Brito Cruz, explica o que está em jogo no PL 2630

EXTERNO

‘Regular as plataformas é tarefa da nossa geração’

Laura Scofield 15 de março de 2023
(atualizado 28/12/2023 às 17h19)

Diretor do InternetLab, Francisco Brito Cruz explica o que está em jogo no PL das Fake News e diz que o governo Lula ainda não deixou suas propostas claras

Episódio de podcast

A análise da urgência no PL das Fake News

 Café da Manhã

Café da Manhã - A análise da urgência do PL das Fake News

No podcast Café da Manhã, da Folha de São Paulo, o diretor-executivo do InternetLab, Francisco Brito Cruz, analisa os caminhos para regulação das plataformas.

LIVROS • INTERNET • RIO

De Dieckmann a Marielle, livro explora a relação da internet com a misoginia

Obra de Mariana Valente insere a violência contra mulheres como uma variável decisiva para regular as redes

Folha de S.Paulo - De Dieckmann a Marielle: livro explora a relação da internet com a misoginia

Em entrevista, Mariana Valente, diretora associada do InternetLab, fala sobre o lançamento de seu livro “Misoginia na Internet”.

anais da arapongagem

ESPIONAGEM À SOLTA

A história de como a Abin, a Polícia Federal e outros órgãos de Estado abriram as comportas da vigilância ilegal no governo Bolsonaro

Allan de Abreu

01 dez 2023_06h35

Revista Piauí -

Espionagem à solta

Em entrevista à Piauí, Bárbara Simão fala sobre a necessidade de ter regras claras sobre uso de softwares espões.

The background is a solid red color with a thick white diagonal stripe running from the top-left towards the bottom-right. The stripe is slightly irregular, giving it a hand-drawn or graphic feel.

PRINCIPAIS LANÇAMENTOS

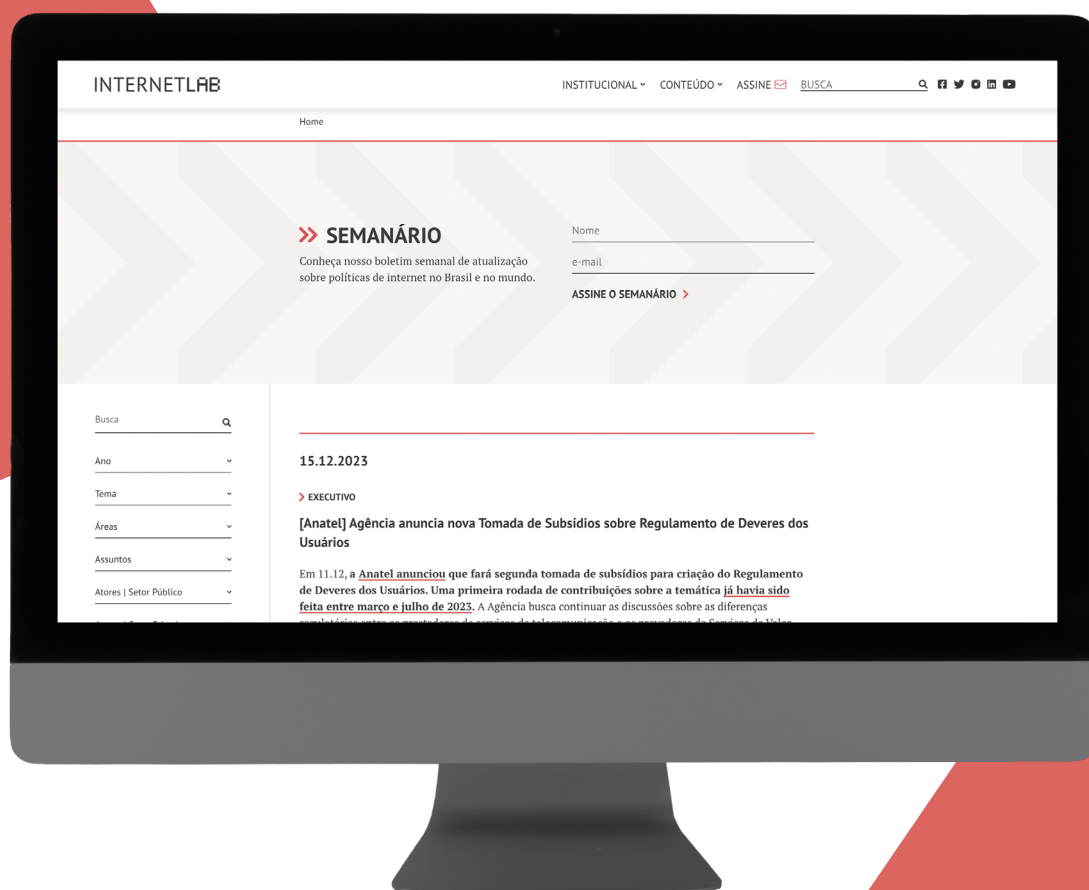
REVISTAS

O ano de 2023 foi marcado pelo avanço da inteligência artificial generativa, como o ChatGPT e o Midjourney, gerando impactos em setores comerciais, educacionais e regulatórios. O debate sobre a regulamentação das plataformas digitais, incluindo o Projeto de Lei PL 2630/2020 no Brasil, permaneceu relevante, influenciado por eventos como tentativas de golpe e violência em escolas. Nesta edição da Internet & Sociedade, agora editada pelo professor Rafael Sampaio, foi abordado a complexa interação entre tecnologias da internet e estruturas sociais daquele ano. Contribuições incluíram pesquisas sobre acesso à internet em pequenos municípios, o uso de emojis na saúde, implicações da personalização da informação via dados pessoais, o papel da IA no jornalismo e a interseção entre lei de Direito Autoral e criação cultural digital. Em 2023, o site da publicação obteve 21 mil visualizações.



SEMANÁRIO E BOLETIM MENSAL

O **Semanário**, o nosso boletim semanal que reúne as principais notícias sobre políticas de internet no Brasil e no mundo, teve 41 edições em 2023, com 38k visualizações e mais de 5,5K pessoas inscritas durante o ano, engajadas em se manterem atualizadas diante dos temas tratados no boletim. Em 2023, a nossa **Newsletter Mensal**, espaço onde compartilhamos os feitos do InternetLab e da equipe durante o mês, atingimos a marca de 3,2K inscritos e inscritas, totalizando 10 edições e 7.6K visualizações.



A large, thick white diagonal stripe runs from the top-left corner towards the bottom-right corner, bisecting the entire red background. The stripe is uniform in width and color, creating a high-contrast geometric design.

NOSSA ESTRUTURA

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

O ano de 2023 foi marcado pela consolidação da estrutura de governança da organização, com definição de escopo e revisão do planejamento estratégico.

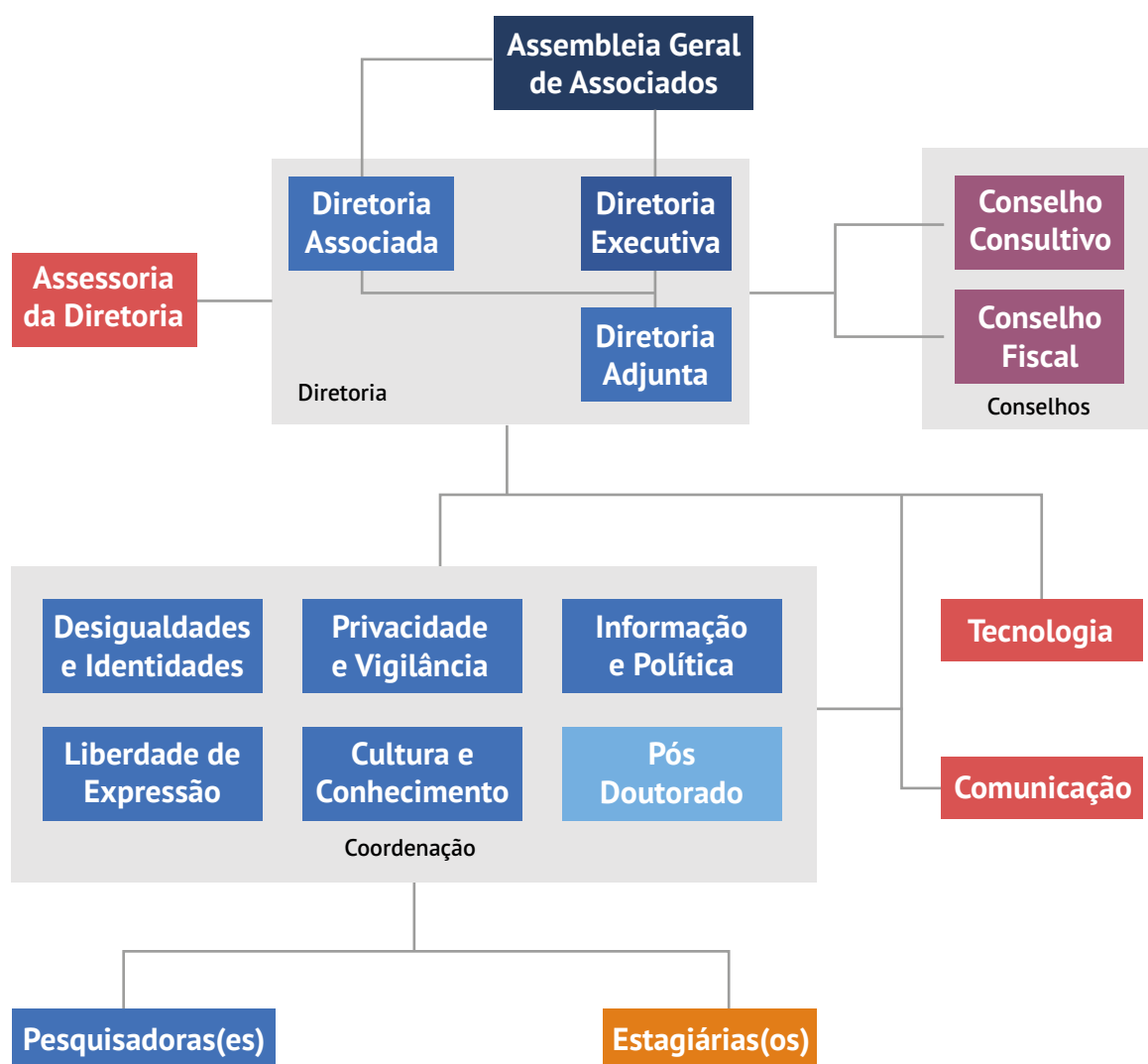
Assembleia Geral e Diretoria. Foram realizadas algumas atualizações na estrutura de governança do InternetLab. Em 2023, um dos membros da Assembleia Geral, João Brant, deixou a sua posição após ser convidado pelo Governo Federal para assumir o cargo de Secretário de Políticas Digitais. A Assembleia iniciou imediatamente discussões sobre novos membros e está, atualmente, em processo de recrutamento para retomar a composição de cinco integrantes.

Quanto à composição da diretoria, foram atualizadas as descrições e escopos dos cargos das diretoras adjuntas, com o objetivo de otimizar esforços e facilitar decisões de priorização e delegação. Fernanda Martins passou a ser diretora de pesquisa e desenvolvimento, com dedicação ao trabalho interdisciplinar, e Heloísa Massaro assumiu o cargo de diretora de pesquisa e operações, responsável por decisões relacionadas à gestão de riscos, finanças e jurídico.

Planejamento estratégico. O InternetLab está revisando seu planejamento estratégico e teoria da mudança para os próximos cinco anos.

Conselho Fiscal. O órgão de supervisão financeira InternetLab continua oferecendo orientações sobre questões orçamentárias e é responsável pela aprovação dos orçamentos e contas anuais, bem como por aprovar eventuais reajustes salariais da Diretoria Executiva. Em 2023, Benjamin Mariotti Feldmann concluiu seu segundo mandato e a Assembleia Geral convidou um novo integrante para substituí-lo: Raphael Assef Lavez, especialista em Direito Tributário.

Com as recentes alterações em sua governança, esperamos que o InternetLab avance em direção à sua consolidação institucional. Esse movimento está representado no organograma institucional apresentado abaixo.



FINANCIAMENTOS E PARCERIAS

Constituído como uma entidade sem fins lucrativos, o InternetLab atua como ponto de articulação entre acadêmicos e representantes dos setores público, privado e da sociedade civil, incentivando o desenvolvimento de projetos que abordam os desafios da elaboração e implementação de políticas públicas em novas tecnologias, como privacidade, liberdade de expressão e questões ligadas a gênero, relações étnico-raciais e identidades outras.

Nós subsidiamos o debate público por meio da produção de conhecimento. O InternetLab não atua com consultoria ou escritório de advocacia, nós prestamos serviços somente em casos que estejam afinados com nossa missão: fazer pesquisa na área de direito e tecnologia voltando a atenção à incidência em políticas públicas.

Em nosso trabalho, muitas vezes, trabalhamos em parcerias com outras organizações, buscando sempre encontrar os pontos de convergência, afinidade e compatibilidade para desenvolver ações conjuntas. Acreditamos que as parcerias funcionam bem quando as organizações compartilham um norte comum e têm capacidade de cooperar e dividir funções em trabalho e projetos complexos. Em 2023, o InternetLab renovou alianças estabelecidas ao longo do tempo, mas também estabeleceu importantes novas cooperações, como é possível ver ao lado.

Financiamento Institucional

Ford Foundation

Open Society Foundations

Luminate

Google Brasil

Financiamento por projetos

Center for International
Private Enterprise

International Foundation
for Electoral Systems

Privacy International

Fundação Arcadia

International
Republican Institute

Skoll Foundation

Fundação Wikimedia

Internews

Stellenbosch University

Global Network Initiative

Meta Inc

TikTok Inc

International Development
Research Centre

National Endowment
for Democracy

Universidade de Palermo

Parceiros em projetos

American University

Fundação Wikimedia Wiki
Movimento Brasil (WMB)

Oxford University
Balliol College

Anis Bioética

Fundación Karisma (Colombia)

Prefeitura de Niterói

Arab Reporters for Investigative
Journalism (ARIJ)

Fundación Via Libre (Argentina)

Privacy International

Centro de Estudios en
Libertad de Expresión y Acceso
a la Información (CELE) -
Universidade de Palermo

Global Network Initiative

Rede Conhecimento Social

Data Privacy Brasil

Global Partners Digital

Redes Cordiais

DatySoc (Uruguai)

Hiperderecho (Peru)

Research ICT Africa (RIA)

Derechos Digitales (Chile)

Instituto de Referência em
Internet e Sociedade (IRIS)

Revista AzMina

Electronic Frontier Foundation

Instituto Nupef

Stellenbosch University

Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo

LIRNEasia

Universidade Federal da Bahia

Núcleo Jornalismo

Universidade Federal
de Santa Catarina

ONU-Habitat

Redes e coalizões das quais participamos

Creative Commons

Coalizão Direitos na Rede

Just Net Coalition

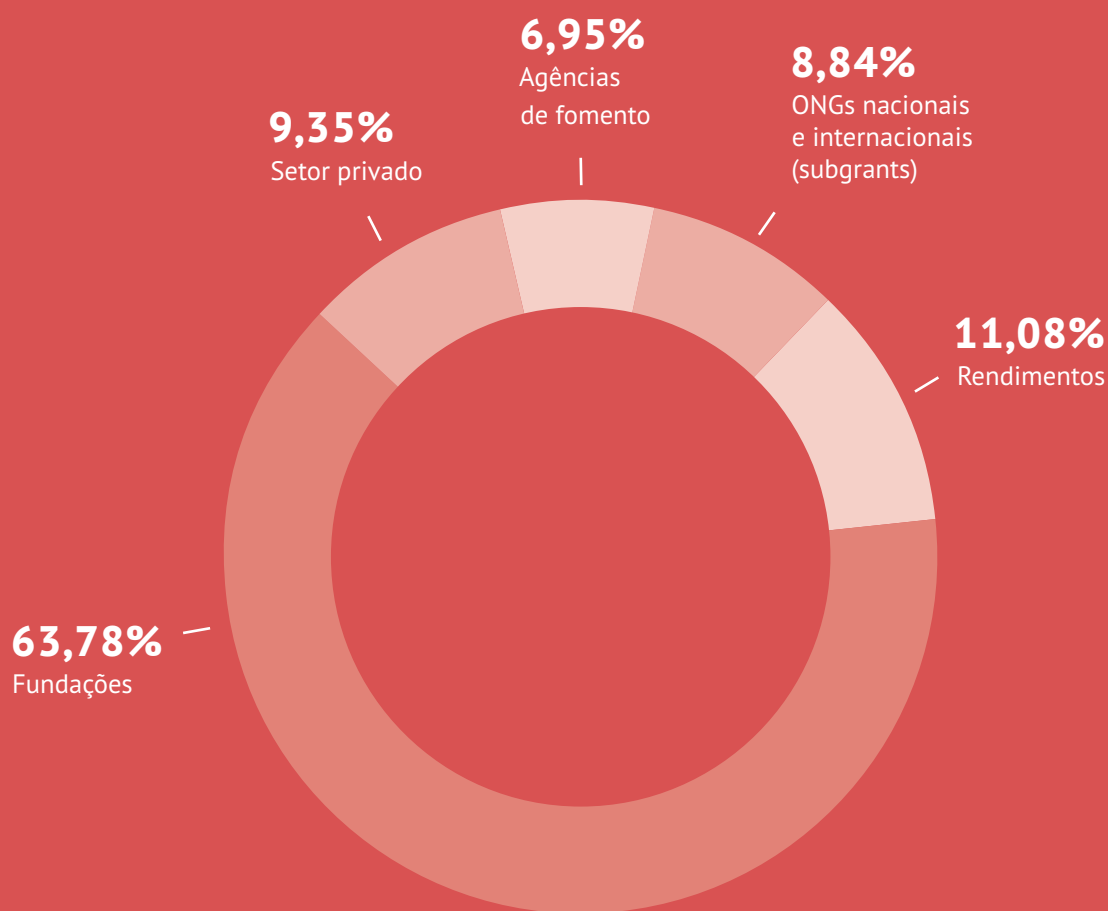
Network of Centers

Aliança por Algoritmos
Inclusivos – AI+

AL SUR

O financiamento das nossas atividades vem de fundações, organizações do terceiro setor, empresas e agências de fomento internacionais. Em todos esses casos aplica-se a política de relacionamento com financiadores. Esta política é destinada a promover a independência, a autonomia, a transparência, a liberdade acadêmica e de expressão, a pluralidade de opiniões, o estímulo à diversidade e a defesa da ética na pesquisa acadêmica no trabalho do InternetLab.

Com o objetivo de promover tais valores, a nossa política veda uma série de financiamentos, como por exemplo aqueles que requerem a realização de atividades político-partidárias ou os que possam ser razoavelmente considerados um favorecimento de interesses privados em conflito com o interesse público. Além disso, a política estabelece um processo de verificação prévia de adequação que pode ser utilizado pela organização para analisar se um novo financiamento é compatível com estes critérios e valores. Em financiamentos grandes, esse processo de verificação prévia é obrigatório e deve envolver o Conselho Fiscal do InternetLab.



COM O QUE GASTAMOS?

Atividade de pesquisa

Remuneração de pesquisadores(as), parceiros(as) e subgrants



Comunicação, Eventos, e Consultorias

Remuneração de pesquisadores(as), parceiros(as) e consultores(as) de pesquisa



Administrativo e estrutura

Equipe, contadores, despesas fixas (aluguel e contas), e impostos e taxas



NOSSA EQUIPE

O InternetLab reitera seu compromisso com políticas de ações afirmativas, buscando a com a constante promoção da diversidade de nosso time. Em 2023, o foco esteve no fortalecimento de diretrizes internas de inclusão, voltadas à melhoria das condições de permanência. Demos continuidade ao programa de inclusão efetiva de pessoas negras na equipe, com suporte para aulas de inglês, mentoria psicológica e profissional, além da oferta de oportunidades de orientação individualizada.

Em 2023, mais de dois terços da equipe eram compostos por mulheres e metade das pessoas eram negras. Nesse mesmo ano, foi instituída uma política de parentalidade, que permite a solicitação de suspensão de prazos e atividades por até 120 dias consecutivos em casos de gestação ou adoção.

Reconhecemos que há um longo caminho a percorrer e entendemos que a reavaliação das políticas deve ser contínua, incorporando críticas, experiências próprias e de outras organizações.

Diretoria

Francisco Brito Cruz | Diretor Executivo

Mariana Valente | Diretora Associada

Heloisa Massaro | Diretora Adjunta

Fernanda Martins | Diretora Adjunta

Equipe envolvida nas atividades de 2023

Alessandra Gomes | Tech fellow

Anna Martha Cintra Araujo | Estagiária de pesquisa

André Houang | Pesquisador

Alice Perdigão Lana | Coordenadora de Cultura e Conhecimento

Barbara Simão | Coordenadora de Privacidade e Vigilância

Blenda Santos | Pesquisadora

Catharina Pereira | Pesquisadora

Clarice Tavares | Coordenadora da área de Desigualdades e Identidades

Danyelle Reis | Pesquisadora

Ester Borges | Coordenadora da área de Informação e Política
Jade Becari | Pesquisadora
Iná Jost Lins e Silva Chaves | Coordenadora da área de Liberdade de Expressão
João Vitor | Assessor de comunicação
Laura Matta | Pesquisadora
Luiz Fernando Sabino | Assessor da diretoria
Laurianne-Marie | Pesquisadora
Paulo Pereira | Pesquisador
Stephanie Lima | Coordenadora da área de Incidência e Projetos Especiais
Vitor Vilanova | Estagiário de pesquisa
Victor Tavares Pavarin | Pesquisador

Conselho consultivo

Beatriz Cardoso
Carolina Rossini
Diogo Coutinho
Jefferson Nascimento
José Eduardo Faria
Marcel Leonardi
Paulo Rená da Silva Santarém
Taís Gasparian

Conselho fiscal

Adriana Vojvodic
Aline Viotto Gomes
Benjamin Mariotti Feldmann
Raphael Assef Lavez

INTERNETLAB



EXPEDIENTE

Diretoria

Francisco Brito Cruz, Mariana Valente,
Fernanda K. Martins e Heloisa Massaro

Assessor de comunicação

João Vitor Araújo

Coordenadoras de pesquisa

Alice Alice de Perdigão Lana, Bárbara Simão,
Clarice Tavares, Ester Borges e Iná Jost, Stephanie Lima

Projeto gráfico

Atonal Studio

Foto Capa

Kleber Narvaes – Wikimedia Commons – CC-BY-SA

Redação

Alice de Perdigão Lana, Bárbara Simão,
Clarice Tavares, Ester Borges, Fernanda
K. Martins, Francisco Brito Cruz, Heloisa
Massaro, Iná Jost e João Vitor Araújo

Revisão e edição

Fernanda K. Martins, Francisco Brito Cruz
e Heloisa Massaro

INTERNETLAB



internetlab.org.br



[@internetlab](https://www.youtube.com/@internetlab)



[@internetlabbr](https://www.facebook.com/internetlabbr)



[@internetlabbr](https://www.linkedin.com/company/internetlabbr)



[@internetlab](https://www.instagram.com/internetlab)



[@internetlab.bsky.social](https://bsky.app/profile/internetlab.bsky.social)